

**VIOLÊNCIA, MORTE
E PRIMITIVISMO: CONCEITOS
E INTERPRETAÇÕES
DA ARQUEOLOGIA
NO SÉCULO XIX***



DANIEL CARVALHO**

Resumo: este artigo procura trabalhar três ideias distintas na Arqueologia no século XIX que se cruzam entre si: a violência, a morte e o primitivismo. Se os conceitos em Arqueologia se transformam e moldam-se de acordo com fatores externos à disciplina, é através de uma análise a estas ideias num período basilar de formação da Arqueologia como Ciência que é possível construir uma narrativa mais concreta sobre estes conceitos. Através de um caso de estudo concreto, pretende-se explorar este fenómeno, visando alargar estas abordagens para outros conceitos e ideias, reforçando a perspetiva da importância de debater o modo de como os arqueólogos pensam e trabalham, no tempo, contexto e sociedade em que se inserem.

Palavras-chave: Violência. Morte. Primitivismo. Teoria Arqueológica. História da Arqueologia.

Violência e Morte são conceitos que normalmente encontramos em sintonia na prática arqueológica. No entanto, enquanto a Morte se traduz quer por restos humanos, estruturas, objetos que denotam comportamentos, o que implica uma grande capacidade de infor-

* Recebido em 24.08.2021. Aprovado em 14.11.2021. Este trabalho é apenas possível com o financiamento da bolsa de investigação proveniente da FCT, inserida no projeto de doutoramento “O Teórico Artificial: identificar conceitos, ideias e padrões no discurso arqueológico na Península Ibérica (XX-XXI) com recurso a métodos de Inteligência Artificial e Aprendizagem Automática” com a referência 2020.08612.BD.

** PhD Student Archaeology / UNIARQ/FLUL (Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa/ Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa) - LAQU (Laboratori d’Arqueologia Quantitativa da Universitat Autònoma de Barcelona) FCT Scholarship (Bolsheiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia) / Researcher UNIARQ – LAQU. *E-mail:* danielcarvalho1@campus.ul.pt

mação disponível, o tema da Violência apresenta-se, de um modo transversal, como um problema mais complexo. Deparamo-nos com duas situações possíveis que muitas vezes constituem extremos: ou nos encontramos face a contextos arqueológicos onde existem realmente imensos vestígios relacionados com violência ou, pelo contrário, com um vazio absoluto. Esta polarização deve-se provavelmente à incapacidade de conseguirmos reconstituir verdadeiramente as relações que enunciam comportamentos violentos no Passado. Contudo, esse não é o único fator, pois a Arqueologia, como disciplina científica, evolui em termos dos conceitos que utiliza, não sendo a violência uma exceção.

Como tal, propomos analisar a ideia de violência em conjunto com a morte num período específico da História da Arqueologia: o século XIX. Este é um período de mudança e conturbado a vários níveis, com efetivas disrupções a pautarem o curso de vida do país. Em 1820 dá-se o início de uma importante rutura a nível constitucional, com a guerra civil a seguir-se em 1832 e a prolongar-se até 1834 (RAMOS; SOUSA; MONTEIRO, 2009, p. 485). Com a Revolução Liberal, após o cenário de conflito anterior, e com a emergência de uma Monarquia Liberal, assiste-se a um fenómeno de importância vital para a compreensão do nacionalismo deste período, com a secularização das propriedades da Igreja, com o Estado a adotar todo um património histórico e cultural que viria a ser explorado posteriormente (FABIÃO, 1996, p. 100). Na lógica do progresso e da modernização do país, em 1851 e subsequentemente até à década de 1880, António Fontes Pereira de Melo seria o principal protagonista daquilo a que viria a ser cunhado de Fontismo, um plano de reformas económicas de abate da dívida pública e a nível da mobilidade, com a construção de vias ferroviárias, estradas e elementos de ligação entre povoações, para colmatar a visão de uma sociedade por onde podem circular matérias-primas, ideias e riqueza (RAMOS; SOUSA; MONTEIRO, 2009, p. 521).

A nível científico, é também um período de abertura, com a emergência de várias iniciativas cujo móbil é a descoberta, ou mais claramente, a redescoberta dos potenciais recursos para a Ciência e Tecnologia do Reino. É nesse âmbito que é estruturada a Segunda Comissão Geológica do Reino, em 1857, para se dar início a ações de campo, visando a obtenção de conhecimentos em locais geologicamente relevantes (CARDOSO, 2000, p. 15-16). Para além desta preocupação, existe uma parcela dos seus membros mais notórios que se dedica ao estudo da Pré-História.

Isto porque se encontra um conceito particularmente relevante para as interpretações da época e do interesse destes investigadores: o primitivismo. Aliado a este último, as ações de reconhecimento das potencialidades do Reino levam a que Portugal se debruce nos territórios africanos, nos quais estas personagens investigam exaustivamente todos os elementos que se considerem abonatórios para o povo português (RAMOS; SOUSA; MONTEIRO, 2009, p. 561), ao qual uma ligação ao primitivismo é clara, numa lógica colonialista.

Se a Pré-História possui uma posição vantajosa para esta análise, é através do estudo desta instituição portuguesa do século XIX, a Segunda Comissão Geológica do Reino, que será apresentado um caso de estudo para ilustrar como se pensa e age sobre a violência no registo arqueológico.

A PRÉ-HISTÓRIA PORTUGUESA E A ARQUEOLOGIA DA VIOLÊNCIA E DA MORTE: O SÉCULO XIX

Dada a mutabilidade da Morte nos diversos períodos cronológicos que a Arqueologia estuda, os desafios que cada um destes apresenta são de distinta índole. Para

o caso da Pré-História é particularmente desafiante explorar esta dimensão: sem a presença de fontes escritas, como recuperar os significados e a informação necessária para caracterizar os aspetos fúnebres? Não obstante esta manifesta dificuldade, a arqueologia pré-histórica tendeu a despoletar mecanismos que lhe permitissem, de maneira inteligível, fundamentar um discurso científico em torno da Morte e da violência que lhe está associada. A este repto epistemológico junta-se igualmente um fascínio por este fenómeno, cujo movimento romântico viria a enfatizar de maneira substancial. Deste modo, não será estranho o enorme peso que a investigação em torno da Morte e dos mortos possui nas primeiras etapas da Arqueologia pré-histórica portuguesa, sob a égide de agendas e temas concretos.

O século XIX é então profícuo neste sentido, sendo o princípio da Arqueologia como hoje a conhecemos: compreender esta etapa afigura-se crucial para o entendimento da disciplina. As razões desta escolha cronológica, de se focar essencialmente este período, prendem-se não apenas com a sua importância basilar, mas do potencial de estudo que ainda encerra. Sendo essencialmente um ponto de partida para todas as sínteses e histórias da arqueologia que se produzem, não deixa de continuar a levantar questões, devido à complexidade da emergência e consolidação da disciplina (FABIÃO, 1999, p. 106). E não apenas dela, mas dos seus cultores: da vicissitude da investigação oitocentista, dos contactos com a comunidade científica europeia, das ideias que permeiam e delineiam os projetos de recuperação do Passado nacional. Fundamentalmente, esta primeira fase da Arqueologia compõe-se por uma riqueza conceptual que se encontra ainda por explorar, no sentido de que, embora não seja de toda uma etapa descurada na historiografia, tende a seguir uma linha narrativa semelhante, enfatizando os associativismos, os conflitos e os percursos individuais: sobre o pensamento arqueológico, muito ainda se encontra por escrever. Não obstante, considera-se necessário, em primeiro lugar, estabelecer as principais linhas de investigação referentes à Morte pelas quais se notabilizou o século XIX.

O nascimento da Arqueologia científica, com a atividade da Segunda Comissão Geológica do Reino, inicia-se com escavações em contextos funerários nos concheiros de Muge, entre 1865 e 1885, com particular pertinência para o contexto da época, com a disciplina em íntima ligação com a Geologia e a Antropologia.

O IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia em 1880 viria a atestar, no espírito do progresso fontista, os resultados das investigações arqueológicas portuguesas, com destaque para Carlos Ribeiro e a apresentação do “Homem terciário português” com base nos artefactos líticos presentes em pretensos terraços sedimentares (CARDOSO, 2015, p. 37; CUNHA-RIBEIRO, 2002, p. 13). A visibilidade dos mortos, no primeiro caso, em que os concheiros de Muge deram a conhecer efetivos restos mortuários de seres humanos, com dezenas de esqueletos a serem exumados, em 1865, por exemplo, no sítio arqueológico do Cabeço da Arruda (FIGUEIREDO, 2014, p. 29).

Já face à invisibilidade dos mesmos, no segundo caso, em que apenas se descobrem artefactos líticos, realiza-se a dedução da presença humana de um tempo longínquo no local. Em ambos os casos, demonstra-se a articulação na procura dos vestígios de maior antiguidade do Homem, tema vital para a comunidade científica da segunda metade do século XIX. À Morte, enquanto produto final da vida, procuravam-se retirar as origens da Vida. Destaquem-se igualmente as publicações de Pereira da Costa e de Nery Delgado sobre os esqueletos humanos de Muge (1865) e da gruta da Cesareda (1867), respectivamente, enfatizando o papel que o vestígio osteológico possuía como

prova científica, tratando-se das primeiras publicações sobre esqueletos humanos deste período cronológico a serem realizadas em Portugal, no caso de Muge, e dos crânios da Cesareda como a antecâmara do interesse que se viria a ter, nas décadas seguintes, sobre o potencial explicativo deste resto humano em específico para a investigação da Pré-História portuguesa (CUNHA, 2002, p. 262).

Dos trabalhos de Estácio da Veiga, em Portimão, consta igualmente a necrópole calcolítica de Alcalar, no decurso dos seus trabalhos no Algarve, cuja importância científica não só se remete para o seu valor intrínseco mas igualmente por pertencer ao primeiro levantamento arqueológico exaustivo alguma vez realizado naquela região (CARDOSO, 2007, p. 46). Também Leite de Vasconcelos se debruça sobre a morte na Pré-História, não obstante a sua desconsideração do homem paleolítico (RAPOSO, 2002, p. 25), que o leva a reduzir a própria importância do estudo do ser humano em épocas mais ‘recuadas’.

Não apenas de mortos se faz a Morte, com as estruturas, sob a forma do megalitismo, a serem de particular interesse para a investigação. A mudança de paradigma efetiva verificou-se na obra de Pereira da Costa, “Noções sobre o estado prehistorico da Terra e do Homem, seguidas da descrição de alguns dolmins ou antas de Portugal”, onde efetivamente se consolida a ideia de que estas estruturas serviam de sepulturas (FABIÃO, 2016, p. 54), enquanto que a sua cronologia pré-histórica viria a ser atestada por Filipe Simões (JORGE, 2002, p. 82). O labor de Francisco Martins Sarmiento passou igualmente pelo fenómeno do megalitismo do Noroeste, em parte resultante da busca de respostas para a questão castreja (FABIÃO, 2016, p. 57). A cultura castreja caracteriza-se pela proliferação de comunidades humanas na proto-história, as quais habitavam os denominados castros, povoados fortificados, na zona noroeste de Portugal e a Galiza, onde a sua extensa densidade nesta faixa territorial e apenas nesta, suscitou desde sempre questões para os investigadores da Idade do Ferro da Península Ibérica (SILVA, 2014, p. 55).

De Estácio da Veiga, encontramos um capítulo dedicado ao tema na sua monumental “Antiguidades Monumentais do Algarve”, de onde se reporta às “typicas construcções da architectura prehistorica, formadas de grandes pedras toscas, comprehendendo os menhirs, alinhamentos, cromlecks e dolmens” (VEIGA, 1886, p. 87). De igual modo, nas “Religiões da Lusitânia” de Leite de Vasconcelos, o autor discorre sobre o conceito de dolmen, dedicando uma parte da sua obra a explorar este tipo de estruturas:

Taes monumentos compõem-se pois de duas partes: o edificio de pedra, subdividido em camara e galeria; e o montículo de terra superficial. O edificio corresponde ao que em archeologia se chama propriamente dolmen; o montículo ao que se chama tumulus. Mas dolmen significa ordinariamente também o monumento completo (VASCONCELLOS, 1897, p. 248-249).

A questão megalítica parece encontrar-se em plena consonância dos avanços da comunidade científica europeia, existindo um aparente acompanhamento das últimas inovações a nível arqueológico.

De âmbito preliminar, este breve prólogo enuncia o quanto a Morte se enraíza na agenda científica de oitocentos. Se o móbil comum era a descoberta da “origem e história da Terra e do Homem” (FABIÃO, 1999, p. 108), as perspetivas de análise eram

indubitavelmente múltiplas. E se é constatável a preocupação destes autores em estabelecer paralelos com a Arqueologia internacional e de uma crítica profunda de publicações estrangeiras (CARDOSO, 2000, p. 16), em que medida é que isso influencia o próprio pensamento arqueológico dos mesmos? Como se processam as relações entre o foro social e posições religiosas, no que toca a erguer pontes entre potenciais antíteses: a Igreja e a Ciência? Se dentro do nascimento da Arqueologia em Portugal, a Morte é um assunto incontornável, o que une e distingue estes investigadores? E, fundamentalmente, como proporcionar níveis de resposta a estas indagações? Para tal, propõe-se a construção de metodologia passível de ser aplicada a esta realidade, que será exposta de seguida.

PENSAMENTO ARQUEOLÓGICO DA VIOLÊNCIA: ABORDAGENS PARA ANÁLISE

Para compreender a conceptualização da violência e a morte em diversos autores na Pré-História, há que tomá-la enquanto ideia, enquanto construção epistemológica que difere entre si. Distingue-se, pois embora exista uma base comum – antropológica; geológica – a estes investigadores, esta é ela própria diversa e aplicada em moldes de maior ou menor intensidade. Por outro lado, a ausência de fontes que auxiliem a interpretação do registo de campo, cria narrativas que se alicerçam ou com uma argumentação pessoal ou com uma busca de paralelos que permitam caracterizar estas realidades. Assim, a ideia de Morte e da Violência manifesta-se como as visões pessoais destes próprios fenómenos, pela parte dos autores. Argumenta-se, no entanto, que esta pluralidade da Morte não conduz a um número de linhas interpretativas impossíveis de analisar. Deste modo, construiu-se o seguinte método, com base em três abordagens que se entrecruzam:

- 1) Abordagem intelectual
- 2) Abordagem sociológica
- 3) Abordagem psicológica

Partilhamos do método da História das Ideias que as toma como partes de estruturas conceptuais complexas, o que permite uma visão holística da interpretação de uma ideia (BETTI; VAN DEN BERG, 2014, p. 818-819). Com base nessa premissa, o método teria de se constituir de abordagens que permitissem revelar o mais possível esta estrutura e a compreensão dos processos que levam à sua criação e aceitação.

A abordagem intelectual apresenta-se como um método “clássico” na História da Arqueologia, como Vere Gordon Childe ou Glyn Daniel, centrando-se quer no autor quer na sua obra. O século XIX assume-se como profícuo no que toca a publicações científicas de manifesta qualidade e extensão, uma das razões pelas quais mereceu o epíteto de “Idade do Ouro” da Arqueologia portuguesa (FABIÃO, 1999, p. 108). Não deixando de ser uma perspectiva basilar para qualquer estudo, estas obras raramente são estudadas na sua íntegra, sendo decompostas em fragmentos que servem um propósito de enriquecimento de um tema, não existindo, portanto, uma crítica global da obra em si, do seu processo de formulação, das vicissitudes da construção argumentativa. Tal considera-se imprescindível para o estabelecimento de uma História do Pensamento ou História das Ideias da Arqueologia: é absolutamente crucial estudar a fonte primária. Deste modo, selecionaram-se três trabalhos como amostra de estudo, para trabalhar o tema da Morte: “Da existência do Homem no Valle do Tejo”, por Pereira da Costa (1865); “Notícia acerca das Grutas da Cesareda”, de Nery Delgado (1867); “Notícia

de algumas estações e monumentos prehistoricos”, de Carlos Ribeiro (1878). Obras simbólicas da Arqueologia portuguesa, retém em si uma multiplicidade de temas, dada a formação enciclopédica dos autores, numa disciplina que não se encontra só mas pejada de multidisciplinaridade. Destes trabalhos, procurar-se-á encontrar as partes correspondentes às temáticas da Morte e da Violência, procurando assim obter opiniões e ideias pessoais dos autores.

Já a abordagem sociológica permite atingir um grau de contextualização que se considera indispensável para qualquer historiografia. Se a Ciência não se pode considerar hermética, no sentido em que os seus agentes seriam profundamente neutros na sua atividade e produção epistemológica (BARNES; DOLBY, 1970, p. 7), na contemporaneidade enfatiza-se a vertente social que esta mesma possui e do quanto a permeia (HARDING, 1992, p. 444). Para compreender a Morte, é necessário compreender a vida: neste caso, como a sociedade do século XIX se comporta e como ela própria lida com as temáticas que são aqui trabalhadas. Não se trata de escapar à Arqueologia, entrando por questões marginais, mas incorporar a componente humana na abordagem científica. Recorrer-se-á igualmente à prosopografia, ou seja, a comparação de aspetos biográficos dentro de uma amostra de indivíduos, visando a obtenção de dados quantitativos que permitam estabelecer algum tipo de relação entre a amostra observada (KEATS-ROHAN, 2007, p. 141). Deste modo, estudam-se os autores numa perspetiva alargada, nas suas crenças, na sua posição social, nas suas posições, comparando-os entre si, comparando, no caso de estudo em concreto, os elementos profissionais e sociais dos investigadores face aos estudos que empreendem.

Finalmente, a abordagem psicológica, encontra-se principalmente vocacionada para as emoções despoletadas pelo contacto com a Morte. Estas, em conformidade com as abordagens anteriores, oferecem um quadro informativo complementar: é certo que o esqueleto é o vestígio por excelência, mas que sentimentos suscita ao autor? Quais as diferenças entre uma sepultura individual e uma sepultura coletiva nesse âmbito? Será a Morte tristeza? Ou medo? Ou ainda algo mais, um tema apreciado, o mistério irresolúvel? O que sentem face à Violência? Receio? Ou repúdio?

Da composição tripartida deste método, espera-se obter resultados que permitam caracterizar com maior pormenor o pensamento arqueológico no tocante à temática da Morte e, conforme a eficiência na aplicabilidade neste caso de estudo, se é passível de ser replicada para outras.

CASO DE ESTUDO: A SEGUNDA COMISSÃO GEOLÓGICA DO REINO

Uma análise preliminar às obras, de acordo com a abordagem intelectual, permitiu formular uma divisão temática entre os autores. Não sendo esta meramente exclusiva a cada um dos mesmos, serve para propósitos de organização e coerência interna, revelando assuntos marcantes no tocante à Morte de uma perspetiva arqueológica. Assim, exploram-se as interpretações dentro de um grupo concreto: a Segunda Comissão Geológica do Reino. Esta divisão interna poderá parecer redundante, dado o historial e a interação de cada uma destas personagens e dos grupos em que se inserem. Todavia, o objetivo deste trabalho não passava por separar realidades científicas análogas, mas de esmiuçar traços característicos destas últimas. Se a disciplina não se apresenta como uniforme (DINIZ; GONÇALVES, 1993-1994, p. 186), a ideia de Morte não o será igualmente.

Esta tríade temática representa fundamentalmente o pensamento em torno dos mortos por parte da Segunda Comissão Geológica do Reino. Não se trata da Morte ser explicitamente uma destas componentes, mas antes incorpora em si, com maior ou menor intensidade, estes conceitos, de modo a justificar a presença de elementos nas suas investigações. Estas três personagens, encerram em si algumas características comuns, como o associativismo a que pertencem e a própria posição epistemológica que ocupam. No entanto, Nery Delgado e Carlos Ribeiro assemelham-se pela sua formação militar e a ligação ao Ministério das Obras Públicas, enquanto que Pereira da Costa, formado em medicina, estaria intimamente conectado com a Academia das Ciências. A guerra e o conflito permeiam estas personagens, quer seja pela participação de Carlos Ribeiro na guerra civil liberal, quer pela própria dissolução da Comissão Geológica, após um desentendimento entre este e Pereira da Costa.

Tendo em conta estes aspetos, dentro do espírito positivista que une estes investigadores, os mortos começam, em primeiro lugar, por constituírem-se como uma prova palpável, pois segundo Costa (1865, p. 11), “Admittida a doutrina até aqui exposta é mui natural suppor que os homens, cujos esqueletos se encontraram enterrados no deposito, tenham pertencido a esse grupo, que em epocha mais ou menos remota ahi estanciou por longo tempo.”

Mais ainda, Nery Delgado refere que:

Esta estranha associação de objectos entre os quaes predominam os restos humanos, faz logo suggerir a idéa de que esta gruta, como muitas outras já conhecidas, servisse de ultima morada aos indivíduos cujos restos descobrimos, numa época cuja antiguidade só poderá apreciar-se pelo estudo dos objectos de arte que lhes estavam associados (DELGADO, 1867, p. 45-46).

Claro está que, por si, a Morte não se assume como absoluta, no sentido em que justifica uma realidade, necessitando sempre de uma associação, como Nery Delgado expõe, na passagem anterior. Dois comentários surgem no decurso deste ponto inicial: um acerca da necessidade das provas e outra acerca da sua natureza.

Da primeira, a filosofia de Comte elucidada: esta é a única maneira de chegar à Verdade, chegando aos factos e apresentando-os como forma de hipóteses, experimentando, por acesso directo aos dados, ao constatável pelos sentidos (MATOS, 1992, p. 65). Pereira da Costa, a ser um dos exemplos mais expressivos nesta análise, compromete-se a formular três hipóteses distintas para explicar a formação do depósito escavado no sítio de Cabeço da Arruda (COSTA, 1865, p. 22), sem, no entanto, se posicionar face a uma delas de maneira veemente. Os mortos entram igualmente nesta equação, sendo uma prova que permite atestar dois objectivos cruciais para estes investigadores: a antiguidade do sítio arqueológico e a raça das populações que lá habitaram. Não deixa de ser essa a agenda e os pontos fundamentais de interesse, numa lógica de compreender as origens e estimular o progresso da sociedade, segundo cânones racionalistas (DINIZ; GONÇALVES, 1993-1994, p. 179). Para tal, utilizam-se os mais distintos cientistas para comprovar aspetos relacionados com os mortos. Sejam estes intrinsecamente antropológicos, de caracterização osteológica ou geológicos, da natureza dos depósitos ou especificidades de solo, estes autores de cunho internacional permitem estabelecer o

paralelo indispensável para a legitimação das suas interpretações, além de oferecer uma imagem de prestígio considerável, algo vital para a época.

Da segunda, os mortos constituem-se, para as obras de Nery Delgado e Pereira da Costa, como um elemento probatório expressivo, ao passo que na obra de Carlos Ribeiro, tal não acontece da mesma maneira. Isto porque a própria estrutura dos dois primeiros trabalhos oferece uma primazia às realidades que se coadunam com as temáticas da Morte, enquanto que a terceira se dedica mais aos artefactos. Nery Delgado é particularmente elucidativo nesta escolha:

As armas, os instrumentos e outros objectos de industria humana, que se acharam no entulho superior da gruta que estamos estudando, são mui numerosos: mas a descrição circunstanciada de todos elles, além de formar um capitulo mui extenso, seria até certo ponto alheia ao nosso objecto, por ter um interesse puramente archeologico (DELGADO, 1867, p. 60).

Não existe quaisquer dúvidas deste objeto, em que, segundo Delgado (1867, p. 67), este passa por “(...) conhecer alguns dos caracteres das raças que mais antigamente habitaram o nosso solo (...)”. E, pela natureza desse propósito, subentende-se igualmente a natureza da prova, neste caso, o esqueleto humano. Contudo, subentende-se que o esqueleto, elemento fundamental, como anteriormente referido (CUNHA, 2002, p. 262), representa um indivíduo, ou seja, cria o morto. Vestígios osteológicos dispersos não potenciam a mesma interpretação, sendo a ordem e a noção de um conjunto imperativos. Embora de senso comum, esta ideia origina um tratamento diferenciado de acordo com os vestígios que se encontram, dando-se particular atenção à recolha àqueles que se coadunem com o objetivo final. Os crânios são, posteriormente ao esqueleto em si, o elemento caracterizador por excelência, com Delgado (1867, p. 63) a enunciar que “Cabe agora descrever a peça mais importante da nossa collecção (...) um craneo humano inteiro, que foi achado no fundo da grande valia que mandámos abrir, proximo da sua extremidade norte e assentando quasi immediatamente sobre o manto stalagmitico”.

Tal é visível pela qualidade das estampas nas obras de Pereira da Costa e de Nery Delgado, onde se representam crânios humanos com extenso pormenor. Estes apresentam-nos uma questão de fundo que se liga com um dos tópicos desta divisão: a violência na Morte. Esta é algo dado como inesperado, como se constata em (DELGADO, 1867, p. 46): “Quando se estuda a distribuição dos ossos humanos surpreende desde logo o estado de dispersão e fractura em que quasi todos elles se achavam”, não sendo assumida como algo natural. Pereira da Costa e Nery Delgado depararam-se, no decurso das suas investigações, com duas realidades representativas de potenciais ações violentas. Agem, contudo, de maneiras distintas:

Alguns d’estes accidentes podem à primeira vista fazer crer que houve intervenção sinistra do homem na morte de alguns d’estes individuos; a fractura em cruz no craneo é de certo o accidente mais notavel e que menos facilmente poderá attribuir-se a pressão exercida por um abatimento (...) Vê-se pois que uma hypothèse que explique o facto da existencia de tantos individuos accumulados em um pequeno espaço, sem recorrer à acção maléfica d’esses nossos antigos ascendentes, deve ser melhor recebida, tanto mais que parece ter maior probabilidade (COSTA, 1865, p. 15).

Pereira da Costa, deparado com um conjunto de vestígios osteológicos que representam fraturas, dá menção a este facto, sem, contudo, seguir essa linha interpretativa, procurando, de modo exaustivo, criar outras hipóteses que lhe permitam compreender essa realidade. Embora seja um exercício cientificamente saudável – a criação de múltiplas hipóteses - e que demonstra a complexidade inerente à questão, argumentamos que, independentemente de se tratar de um episódio de morte violenta, esta ideia terá sido rapidamente descartada em função dos objetivos que a escavação pressupunha. O autor, com formação médica, reconhece efetivamente um ferimento num crânio humano, abandonando a hipótese de uma morte violenta no conjunto total dos vestígios, justificando-a pela pressão exercida de processos pós-deposicionais:

Todos sabem que os agentes destruidores, que operam nos cadáveres à superfície do solo, a pouca profundidade d'esté e mesmo debaixo das aguas, são tantos, e a sua acção é tão intensa e constante, que tornam extremamente rara a conservação dos ossos do homem e dos grandes mamíferos em depósitos sedimentares e no fundo dos mares e dos lagos, mesmo nos que são proximos a regioes muito habitadas (COSTA, 1865, p. 12).

No entanto, este crânio torna-se um caso único e desconsiderado no decurso da narrativa, passando-se imediatamente para a hipótese da existência de um cemitério no sítio do Cabeço da Arruda. A própria ideia de cemitério é associada a uma nobreza de espírito e a um ideal estético do Romantismo, que transparecia um sentido de ordem e limpeza (QUEIROZ; RUGG, 2003, p. 123), ao qual se associa ao sítio arqueológico (COSTA, 1865, p. 17). Ora, a tal imagem não se coaduna a uma cena de violência, procurando-se então outras explicações para o estado de conservação do material osteológico, tendendo-se para um paralelo com uma gruta na montanha de Fajoles, em França (COSTA, 1865, p. 17). Sendo de ambientes distintos, um aberto e outro fechado, Pereira da Costa admite que muito simplesmente, na ausência de uma cavidade cársica que pudesse conter estes vestígios, se optou pela inumação ao ar livre. Este paralelo com Fajoles não deixa de abonar a favor de uma construção argumentativa não-violenta, dado que o autor, ao apresentar os “antigos descendentes” à comunidade científica internacional, opta por não considerar uma “acção maléfica”. Uma morte violenta simbolizaria o aspeto primitivo dos antepassados portugueses, o que constituiria um verdadeiro paradoxo: como manter o evolucionismo e nacionalismo, ambos caros a esta emergente Arqueologia do século XIX? Assim, a Morte atuava com um papel pacífico, de serenidade, pelo que qualquer ação de cariz violento não a seria, sendo substituída antes pela existência de algum fenómeno natural ou meramente desconsiderado na visão geral do sítio.

Nery Delgado aborda uma questão semelhante, por um ângulo distinto. Na gruta da Cesareda, o investigador depara-se com um conjunto de ossos proveniente de um depósito, com um grau de fracturação extremamente elevado, além de possuírem vestígios de incisões premeditadas. Nery Delgado tenta proceder, ainda ciente das manifestas dificuldades, a uma cronologia precisa da ocupação da gruta:

Effectivamente a falta de fragmentos de louça e de qualquer utensílio ou instrumento de um acabamento apurado, induz a attribuir a esta parte dos depositos da nossa gruta uma grande antiguidade, e portanto supõe a existência do homem n'esta parte do nosso solo numa época muito affastada dos tempos actuaes (DELGADO, 1867, p. 38).

Neste caso, é a invisibilidade de elementos datantes que permitem relegar ao depósito aqui tratado uma manifesta antiguidade. Procura, no entanto, oferecer outros dados que lhe permitam atingir uma cronologia, relevando uma preocupação inerente ainda aos dias de hoje, remetendo o leitor para paralelos dinamarqueses:

Por outro lado a extraordinária abundancia de ossos de coelho, que pelas razões que apresentámos, devem considerar-se como residuos da alimentação das tribus que primitivamente frequentaram a nossa gruta, prova que, ou as idéas supersticiosas que tinham os povos do norte durante a idade da pedra não eram tão universalmente espalhadas, nem tão profundamente arraigadas, que não cedessem perante as necessidades da alimentação, ou dos hábitos d’esta tribu de caçadores; ou, se o eram, a nossa estação poderá talvez pertencer a uma época mais antiga do que os kjökkenmöddings da Dinamarca, proposição que estamos bem longe de sustentar, mas que acharia porventura algum fundamento na imperfeição de fabrico de alguns dos poucos instrumentos de silex que se encontraram, e na ausência de cacos de louça grosseira, que pôde fazer suppôr que a arte do oleiro não era então conhecida no nosso solo (DELGADO, 1867, p. 38-39).

A questão do coelho é premente nesta comparação dado que autores internacionais defendiam à época atestariam dietas distintas para o Centro e Norte da Europa. Com o coelho em grande abundância e pela sua facilidade de obtenção em detrimento de animais de maior porte, as populações que habitaram na gruta não seguiriam esta tendência, o que implicaria um “hábito” distinto ou um recuo temporal. Em todo o caso, Nery Delgado, não explorando esta hipótese, não deixa de começar a construir um retrato de originalidade em torno dos seres humanos que teriam frequentado este local. Fá-lo sobretudo com a hipótese de terem ocorridos episódios e antropofagia, baseando-se nas características dos vestígios osteológicos:

Por mui repugnante que nos pareça a idéa do cannibalismo, por mais contraria que seja aos nossos habitos e sentimentos de hoje, vimo-la expressa com mui bons fundamentos em mais de um auctor; e por isso, mesmo suppondo que sejamos em linha recta os descendentes d’esta raça cujos restos se encontram nas nossas grutas (o que ainda assim seria necessário provar), julgamos conveniente consigna-la, para que as pessoas entendidas, em presença dos factos que apontamos, a tomem na conta que merecer (DELGADO, 1867, p. 48-49).

O canibalismo, ainda hoje um assunto tabu para a grande maioria das comunidades humanas, um ato de violência e de desrespeito absolutos, para uma sociedade progressista como a do século XIX, era aqui contemplado como hipótese. Esta segue o mesmo processo que qualquer outra linha interpretativa, sendo, dentro da consideração dos factos e da confrontação dos dados, válida. Não deixa de causar um sentimento vincado: o repúdio que Nery Delgado sente, deixa uma marca profunda no texto, demarcando-se e justificando-se dado o teor das informações que possui. Repare-se que o investigador, ao considerar a ascendência destes habitantes, não deixa de inserir alguma incerteza na sua afirmação, o que lhe confere alguma segurança numa assunção que seria danosa para o povo português. Delgado (1867, p. 50) opta assim por fazer uma alusão à barbárie: “Mas esta invasão dos barbaros do norte não só nas Gallias fez sentir a sua damnosa influencia; também a nossa Península soffreu os seus perniciosos efeitos.”

Tal não se assemelha como acaso, deixando o papel do canibalismo para o invasor e para aquele que ainda não se cristianizou, deste modo, para o Outro. Após procurar estabelecer ainda mais paralelos, e procurando respostas à obra de Boucher de Perthes, Nery Delgado (1867, p. 52) acaba por assumir que, embora não consiga definir as condições pelas quais se depara com aquele material osteológico, a opção do canibalismo não é a mais verosímil: “Ora, é certo que na nossa gruta não se dão todas estas circunstancias, o que auctorisaria a suppor nos antigos habitantes do nosso solo tão cruéis instinctos, como nos das margens do Mosa”.

Encontram-se, em ambos os autores acima analisados, duas maneiras de lidar com uma potencial violência no registro dos mortos. Esta, não obstante, ser formulada e até explorada, acaba por não se coadunar com a interpretação final. Não deixa de ser interessante verificar que, aquando da potencial ligação à ascendência do povo português, estes atos de violência são depreciados, escolhendo-se outras vias de explicação ou relegando estes episódios para populações exógenas. Neste caso, pensemos ser viável afirmar que os objetivos e a agenda destes investigadores interferem nas suas interpretações, procurando harmonizar, por vezes, uma manifesta entropia. Se aqui a Ciência busca inspiração a várias áreas, não deixa de ser socialmente permeável: quer considerar todas as hipóteses, mas, no decorrer do discurso, molda umas em detrimentos de outras, nem sempre se verificando a pretensa probabilidade evocada pelos autores. Do mesmo modo que existe esta depreciação de uma morte violenta, há um enaltecimento da sua antítese: uma morte que demonstre respeito e que enalteça valores de elevada moral. Tal é ainda visível na gruta da Cova da Moura, e na última interpretação de Nery Delgado sobre a natureza das sepulturas na sua obra:

O estudo das circunstancias que se observam nesta gruta mostra-nos pois que era este também um lugar reservado de sepultura dos antigos habitantes do nosso solo, onde juntamente com os restos do personagem que queriam honrar, depositavam certos objectos de sua estima, e onde por ventura faziam algum festim funerário. E sem pretender rasgar o denso véo que esconde a historia das nossas grutas, não iriamos talvez mui longe da rigorosa apreciação dos factos, suppondo que esta sepultura era acaso destinada aos chefes ou a individuos de alta cathegoria, attendendo á escolha e raridade dos instrumentos que ali se encontraram, e á posição elevada que a gruta occupa em relação ao valle de S. Bartholomeu, que domina como a cornija de um edificio elevado (DELGADO, 1867, p. 126).

Passando de um episódio de canibalismo, na Cesareda, para a Cova da Moura, como um lugar de prestígio, o investigador utiliza a presença do artefacto para legitimar uma potencial estratificação social. A ideia da Morte como uma celebração é visível na obra de Carlos Ribeiro (1878, p. 68), com o “festim” a ser um fator comum a este pensamento: “Com relação aos ossos de animaes encontrados na mesma gruta, é possível que a maior parte d’elles tivesse pertencido aos resíduos de festins; alguns porém seriam postos junto aos restos humanos por motivos que ignoramos.”

Já esta Morte se apresenta como organizada, vista principalmente através do povoado de Leceia. Conceitos como “família” e “antepassados” demonstram uma organização social que não se encontra presente nos casos anteriores, patente nas sepulturas e nos artefactos que se depositam nas mesmas. E esta, seria motivada por motivos de honra e do culto pelos antepassados, numa lógica geracional de respeito para com os mortos. Impensável seria aqui um tratamento menos cuidado pela parte dos vivos, que,

não se verificando interferências de maior, só poderiam ser os familiares. Este argumento é particularmente elucidativo de uma visão coesa de uma sociedade emergente, de uma fase da Pré-História que, pela sua relativa modernidade face às realidades anteriormente exploradas, estaria numa etapa civilizacional mais elevada logo demonstrando novos sentimentos:

Os primeiros ocupadores d'esta estação deviam de ser numerosos, como já observámos, e terem os seus chefes. Para honrarem a memoria d'estes últimos, destinariam para os seus cadáveres cavidades sepulchraes de pequenas dimensões, onde os accomodassem juntamente com os de suas famílias, separadas ou distinctas das grutas, cavidades ou sepulturas de maior capacidade onde usavam depositar indistinctamente os cadáveres dos outros indivíduos da mesma povoação (RIBEIRO, 1878, p. 67).

Esta noção de honra compreende igualmente compaixão, um sentido de igualdade para com o Outro, sendo este Outro parte de um mesmo sistema cultural, que merece um tratamento digno, perante a Morte. O interesse deste argumento é ainda mais expressivo quando, na mesma obra, é explicitado um caso onde acontece precisamente o oposto:

À medida que explorávamos os ossos humanos d'este monumento, e attentavamos, já na grande desordem em que ali se apresentavam, já, e principalmente, ao seu mau estado de conservação, veio-nos á lembrança a hypothèse de que os indivíduos a que diziam respeito tivessem sido sepultados n'outros logares, d onde, depois de consumidas as partes molles, tivessem os seus restos sido removidos para o logar do dolmen. Esta hypothèse parece na verdade não se compadecer muito com os costumes piedosos, que algumas tribus ou raças de homens d'aquelles tempos observavam para com os seus mortos, como são provas não só os próprios monumentos megalillicos que lhes erigiam, e que em geral deviam ter sido de mui custosa fabrica, como pelas oferendas de abundantes objectos de estima com que faziam acompanhar, na sua ultima morada, os restos mortaes dos seus parentes e amigos (RIBEIRO, 1878, p. 58).

Repare-se como a transposição dos restos mortais se assume como um acto de desrespeito, com a transladação a apresentar-se como um exemplo de desprezo pelos mortos. Não é estranha esta ideia para o século XIX, onde o cemitério deveria representar a “última morada”, com o corpo a descer à terra uma única vez, de modo a que o defunto pudesse atingir o merecido descanso. E por não se coadunar com os “costumes piedosos” das suas tribos, Carlos Ribeiro constrói um novo argumento, visando dar a compreender a razão destas insólitas ocorrências se verificarem:

Mais tarde, teria logar a violação da gruta, praticada talvez por homens inimigos e conquistadores d'aquella estação, arrojando-se todo o conteúdo para o terreiro mais próximo onde estariam as cinzas e mais restos dos festins, ficando tudo envolvido na terra e no entulho removidos no acto da exhumação. A demora d'estes objectos, parte d'elles em contacto com as mesmas cinzas, determinou a adherencia d'estas na superficie natural e na de fractura dos ossos. Subsequentemente, os mesmos conquistadores, ou outros occupadores, levados talvez por um sentimento de piedade recolheriam de novo para a gruta os restos humanos e mais objectos dispersos no solo, enchendo com elles e com terra que fosse de mistura toda a capacidade da mesma gruta, ficando desde então tal qual a fomos encontrar. Em seguida

chegariam grande parte da terra solta d'encontro á escarpa, e mascarariam a bocca da gruta com a grande quantidade de pedra que tivemos de remover (RIBEIRO, 1878, p. 68).

Assim, o investigador propõe a presença de uma população externa, que, com intenções nefastas, seria a responsável pelo revolvimento das terras que viriam a ser escavadas posteriormente. Esta reconstituição dos depósitos far-se-ia pelos próprios “inimigos” porque se padeceriam da própria situação que provocaram. Embora no campo da especulação, esta passagem representa a gravidade que representa a violação de sepulturas, um ato tão vil que os próprios perpetradores se compadeceriam, devolvendo ao seu estado original os artefactos e os restos mortais revolvidos. Novamente, o Outro representa a agência de atos imorais, ainda que, neste caso em concreto, a maldade seria tão inconcebível para os valores que estas comunidades humanas possuiriam que teria de existir um retrocesso na ação que se desempenhou. Esta noção de “valor comum” encontra-se presente nos sentimentos demonstrados pela família e pelos antepassados: quer se seja o invasor ou o invadido num cenário de conflito ou o vivo ou o morto num cenário de paz, Carlos Ribeiro enunciaria uma etapa cultural semelhante, não fosse esta uma perspectiva evolucionista. O investigador tenta igualmente explorar a questão simbólica, inerente à sepultura:

Parece-nos pois podermos inferir d'esté facto que o emprego dos referidos seixos, estranhos á localidade, não era para cobrir os restos mortaes dos indivíduos ali inhumados e garanti-los da voracidade dos animaes carniceiros, porque para esse fim havia no solo visinho grande quantidade de pedra solta, mas significaria acaso o cumprimento de um preceito religioso, ou seria a expressão de uma homenagem de sentimento, de respeito e de saudade prestada pelos parentes e amigos dos finados ali depositados, lançando cada qual na jazida uma pedra trazida de longe, de forma arredondada, que symbolisasse uma idéa, um pensamento, o da eternidade por exemplo, se é que na época dos dolmens já havia uma tal ou qual noção a este respeito (RIBEIRO, 1878, p. 61).

Novamente, a materialização deste respeito possui lugar numa potencial explicação deste fenómeno, partindo, em ordem crescente de probabilidade, para o significado destes seixos: da religião, de sentimento ou de um pensamento. Termina, deste modo, a revisão das fontes no que toca à Morte, dado o término deste assunto em cada uma delas, com o conjunto das obras a ser valorizado precisamente pela sua articulação.

CONCLUSÃO

Constatamos assim que estes temas funcionam de um modo múltiplo, mas que servem, de modo sistemático, para justificar uma agenda e a tendência teórica da época. Não deixam de existir temas que são diversos entre si – a violência, o respeito e a família – que acabam por se conectar entre si. No entanto, todos eles desempenham um papel crucial para a construção de um antepassado português cujos valores representam alguns indícios civilizacionais: os mortos em paz, enterrados em ordem, cultuados e respeitados pelos vivos é a imagem que se verifica e é a que se pretende, não fosse a sociedade que os estuda, uma cujos valores tendem para o progresso inexorável.

Pereira da Costa, Nery Delgado e Carlos Ribeiro vão de encontro com esses cânones, mas fazem-no de maneiras distintas: todos se deparam com violência, todos enunciam o respeito, todos observam um sentido de comunidade ou família nas suas investigações pré-históricas. Pereira da Costa procura outras explicações para um even-

tual episódio de violência; Nery Delgado atesta-o, mas abandona o tema; Carlos Ribeiro justifica a sua existência com a presença do Outro. O respeito encontramos-lo no primeiro autor por inferência, não existindo um preceito maligno, os mortos seriam enterrados pelos vivos com o propósito oposto. Do segundo encontramos a estratificação social, com o culto ao chefe e do terceiro, o mais explorado, onde encontramos igualmente o respeito intrínseco a uma noção de família. A metodologia utilizada consistia em demonstrar a existência de temas dentro da própria Morte que evidenciassem uma relação com o pensamento arqueológico da época. Constatamos que os investigadores procuram aliar-se à investigação que se faz em meios internacionais: publicam de modo intensivo, em francês, linguagem académica da época e do meio, procuram a ligação entre artefactos e os restos osteológicos antigos para explorar a Pré-História portuguesa. Mas acabam também por se imbuir nas questões sociais e religiosas do seu próprio país e dos problemas que as suas posições profissionais ocupam. Quando a medicina entra em confronto com a religião e com o nacionalismo, a investigação arqueológica e os argumentos que dela emergem são formulados de acordo com partes de cada uma destas preocupações. Quando constatamos que, dentro da História da Arqueologia, seria uma atividade fácil realizar classificações simples sobre estas personagens, rotulando-os ou tomando apenas um prisma das vicissitudes do século XIX, será mais interessante e abonará à verdadeira complexidade, explorar como as ideias se constroem, o que as influencia e o que finalmente conduzirá aos investigadores a formular determinada hipótese científica.

Se assim aconteceu, é vantajoso questionar: será possível realizar este género de análises para outro tipo de conceitos? De facto, a Morte e a Violência pautam-se de elementos universais, mas, a título de exemplo, procurar como a ideia de Progresso é distinta na Arqueologia do século XIX para a Arqueologia do século XX poderá desvendar prismas inexplorados. Poder-se-á ainda afirmar que, dentro da História da Arqueologia, as ideias, ou uma História das Ideias, tem ainda um longo caminho para percorrer na comunidade internacional. É extremamente relevante a percepção de que a existência de historiografia e narrativas sobre elementos teóricos da disciplina não implicam que as ideias em Arqueologia estejam exploradas ao máximo. Pelo contrário, a sua distinção é clara e os seus objetos e objetivos também o são.

É ineficiente procurar estes novos elementos em investigações de séculos passados? Afirmamos que não, simplesmente pelo facto de que hoje, tal como no século XIX, a Arqueologia se depara com problemas, sejam eles semelhantes ou totalmente opostos aos dos períodos anteriores. Ao questioná-los na sua complexidade, impulsiona-se a Arqueologia de modo a olhar para um Passado mais completo e plural.

VIOLENCE, DEATH AND PRIMITIVISM: CONCEPTS AND INTERPRETATIONS OF ARCHAEOLOGY IN THE XIX CENTURY

Abstract: this article analyzes three ideas from Archaeology in the XIX century: violence, death and primitivism. If the concepts are bound to transform themselves due to external factors, it is with a theoretical and historical approach of these ideas, in the foundational moments of Archaeology as a Science, that is possible to build a more concrete narrative about them. With a particular case study, this phenomenon is explored, hoping to widen horizons of research to other concepts and ideas, reinforcing the importance of debating how archaeologists think and work, in the time, context and society where they belong.

Keywords: *Violence. Death. Primitivism. Theory of Archaeology. History of Archaeology.*

Referências

BARNES, Barry; DOLBY, Alex. The Scientific Ethos: a deviant viewpoint. *European Journal of Sociology*, v. 11, n. 1, p. 3-25, 1970.

BETTI, Arianna; VAN DEN BERG, Hein. Modelling the History of Ideas. *British Journal for the History of Philosophy*, v. 22, n. 4, p. 812-835, 2014.

CARDOSO, João. Como nasceu a Arqueologia em Portugal. *O Estudo da História*, v. 4, p. 9-30, 2000.

CARDOSO, João. Vida e Obras de Estácio da Veiga. *Xelb*, v. 7, p. 15-72, 2007.

CARDOSO, João. A investigação da antiguidade do Homem no Portugal de oitocentos: um contributo para a História da Ciência. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, v. 22, p. 9-42, 2015.

COSTA, Francisco. *Da Existencia do Homem em Epochas Remotas no Valle do Tejo. Primeiro Opusculo*: Noticia sobre os esqueletos humanos descobertos no Cabeço da Arruda. Lisboa: Imprensa Nacional, 1865.

CUNHA, Eugénia. Antropologia Física e Paleoantropologia em Portugal: um balanço. *Arqueologia & História*, v. 54, p. 261-272, 2002.

CUNHA-RIBEIRO, João. O Paleolítico Inferior em Portugal no final do século XX: balanço das investigações e novos desafios. *Arqueologia & História*, v. 54, p. 13-24, 2002.

DELGADO, Joaquim. *Da Existencia do Homem no nosso Solo em Tempos Mui Remotos Provada pelo Estudo das Cavernas. Primeiro Opusculo*: Noticia Ácerca das Grutas da Cesareda. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Sciencias, 1867.

DINIZ, Mariana; GONÇALVES, Vitor. Na 2ª metade do século XIX: luzes e sombras sobre a institucionalização da Arqueologia em Portugal. *O Arqueólogo Português*, v. 11-12, p. 175-187, 1993-1994.

FABIÃO, Carlos. Archaeology and nationalism: the Portuguese case. In: DÍAZ-ANDREAU, Margarita; CHAMPION, Timothy. *Nationalism and archaeology in Europe*. UCL: Ed.UCL Press, 1996. p. 90-107.

FABIÃO, Carlos. Um século de Arqueologia em Portugal I. *Al-madan*, v. 8, p. 104-127, 1999.

FABIÃO, Carlos. Os Altares dos “Primeiros Povoadores da Lusitânia”; Visões do Megalitismo Ocidental. In: SOUSA, Ana; CARVALHO, António; VIEGAS, Catarina. *Terra e Água. Escolher sementes, invocar a Deusa. Estudos em Homenagem a Victor S. Gonçalves*. Universidade de Lisboa: Ed, Estudos e Memórias, 2016. p. 45-68.

FIGUEIREDO, Olívia. *As Práticas Funerárias Nos Concheiros Mesolíticos De Muge*. Tese (Mestrado em Arqueologia) – Universidade do Algarve, Faro, 2014. 181p.

HARDING, Sandra. Rethinking Standpoint Epistemology: What is “Strong Objectivity?”. *The Centennial Review*, v. 36, n. 3, p. 437-470, 1992.

JORGE, Vitor. Megalitismo Europeu e Português: breves considerações históricas em jeito de balanço. *Arqueologia & História*, v. 54, p. 79-86, 2002.

KEATS-ROHAN, Katharine. Biography, identity and names: understanding the pursuit of the individual in prosopography. In: KEATS-ROHAN, Katharine. *Prosopogra-*

phy Approaches and Applications. A Handbook. Oxford: Ed. Prosopographica et Genealogica, 2007. p. 139-187.

MATOS, Sérgio. História, Positivismo e Função dos Grandes Homens no Último Quartel do Séc.XIX. *Penélope*, v. 8, p. 51-71, 1992.

QUEIROZ, Francisco; RUGG, Julie. The development of cemeteries in Portugal c.1755-c.1870. *Mortality*, v. 8, n. 2, p. 113-128, 2003.

RAMOS, Rui; SOUSA, Bernardo; MONTEIRO, Nuno. *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009.

RAPOSO, Luis. Um século de estudos no Paleolítico Médio em Portugal: balanço e perspectivas. *Arqueologia & História*, v. 54, p. 25-40, 2002.

RIBEIRO, Carlos. *Estudos Prehistoricos em Portugal. Noticia de Algumas Estações e Monumentos Prehistoricos*. Lisboa: Tipografia da Academia, 1878.

SILVA, Maria. A evolução cronológica da Cultura Castreja e os modelos interpretativos sócio-culturais. *Arqueología y Territorio*, n. 5, p. 49-77, 2008.

VASCONCELLOS, Leite. *Religiões da Lusitania na parte que principalmente se refere a Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1897. v. 1.

VEIGA, Estácio. *Paleoethnologia. Antiguidades Monumentaes do Algarve: Tempos Prehistoricos*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1886. v. 1.